



Entre saberes, territórios e resistências: interculturalidade crítica na formação docente para a educação profissional

Maria Adélia da Costa*, Wilson Antonio da Silva**

Resumo

Este estudo tem como objetivo mapear e analisar a produção acadêmica brasileira sobre a temática da interculturalidade crítica na formação docente para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com foco em contextos amazônicos. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, orientada pela análise de conteúdo segundo Bardin (2011), a partir de quatro descritores principais: interculturalidade AND formação docente AND educação profissional; formação de professores AND diversidade cultural AND Amazônia; educação intercultural crítica AND EPT; e saberes tradicionais OR saberes indígenas AND educação técnica. Foram identificados e analisados 51 trabalhos, entre artigos, dissertações e teses, dos quais emergiram quatro categorias principais: formação docente em contextos interculturais; saberes indígenas e tradicionais no currículo; educação decolonial e justiça epistêmica; e práticas pedagógicas contextualizadas. Os resultados apontam avanços teóricos importantes, especialmente na valorização dos saberes territoriais e na crítica à monocultura curricular, mas também revelam lacunas significativas no que se refere à inserção da interculturalidade crítica como princípio formativo estruturante na EPT. Conclui-se que a construção de uma formação docente intercultural na educação profissional exige um compromisso ético, epistêmico e político com a justiça cognitiva e a valorização dos territórios educativos amazônicos.

Palavras-chave: interculturalidade crítica; formação de professores; educação profissional.

Between knowledge, territories, and resistance: critical interculturality in teacher education

Abstract

This study aims to map and analyze Brazilian academic production on the topic of critical interculturality in teacher education for Vocational and Technological Education (VTE), with a focus on Amazonian contexts. It is a bibliographic research with a qualitative approach, guided by content analysis according to Bardin (2011), based on four main descriptors: interculturality AND teacher education AND vocational education; teacher training AND cultural diversity AND Amazon; critical intercultural education AND VTE; and traditional knowledge OR indigenous knowledge AND technical education. A total of 51 works—comprising articles, dissertations, and theses—were identified and analyzed, from which four key categories emerged: teacher education in intercultural contexts; indigenous and traditional knowledge in the curriculum; decolonial education and epistemic justice; and contextualized pedagogical practices. The results show important theoretical advances, especially in the valorization of territorial knowledge and in the critique of curricular monoculture, but also reveal significant gaps regarding the incorporation of critical interculturality as a structuring formative principle in VTE. It is concluded that building an intercultural teacher education in vocational education requires an ethical, epistemic, and political commitment to cognitive justice and the appreciation of Amazonian educational territories.

Keywords: critical interculturality; teacher education; vocational education.

* Doutora em Educação, Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora e Coordenadora Acadêmica Nacional do ProfEPT, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Líder do grupo de pesquisa DprodEPT. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9270-5184>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9187464228520381>. E-mail: adelia.cefetmg@gmail.com.

** Mestre em Ensino das Ciências, Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Professor da Universidade de Pernambuco (UPE). Vínculo com grupo de Núcleo de Estudos e Pesquisas em CTS (NEPCTS UFRPE/CNPQ). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4174-3962>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3547900934671192>. E-mail: wilsonantonio@upe.br.

Entre saberes, territorios y resistencias: interculturalidad crítica en la formación docente para la educación profesional

Resumen

Este estudio tiene como objetivo mapear y analizar la producción académica brasileña sobre la temática de la interculturalidad crítica en la formación docente para la Educación Profesional y Tecnológica (EPT), con énfasis en los contextos amazónicos. Se trata de una investigación bibliográfica con enfoque cualitativo, orientada por el análisis de contenido según Bardin (2011), a partir de cuatro descriptores principales: interculturalidad AND formación docente AND educación profesional; formación de profesores AND diversidad cultural AND Amazonía; educación intercultural crítica AND EPT; y saberes tradicionales OR saberes indígenas AND educación técnica. Se identificaron y analizaron 51 trabajos, entre artículos, disertaciones y tesis, de los cuales emergieron cuatro categorías centrales: formación docente en contextos interculturales; saberes indígenas y tradicionales en el currículo; educación decolonial y justicia epistémica; y prácticas pedagógicas contextualizadas. Los resultados apuntan avances teóricos relevantes, especialmente en la valorización de los saberes territoriales y en la crítica a la monocultura curricular, pero también revelan vacíos significativos en lo que respecta a la incorporación de la interculturalidad crítica como principio estructurante de la formación en la EPT. Se concluye que construir una formación docente intercultural en la educación profesional exige un compromiso ético, epistémico y político con la justicia cognitiva y la valorización de los territorios educativos amazónicos.

Palabras clave: interculturalidad crítica; formación docente; educación profesional.

INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira constitui um território marcado por intensa diversidade étnico-cultural, em que se entrelaçam modos de vida indígenas, quilombolas, ribeirinhos, urbanos e periféricos. Essa pluralidade se expressa não apenas nas formas de organização social e linguística, mas também nas cosmologias, práticas pedagógicas e sistemas de conhecimento construídos coletivamente (Becker, 2005).

Contudo, historicamente, as políticas educacionais voltadas à região têm reproduzido lógicas homogeneizadoras, fundamentadas em currículos urbanos, ocidentais e descontextualizados (Garnero, 2020; Santos, 2009; Werneck, 2018). Esse processo evidencia a permanência de projetos de desenvolvimento hegemônicos que desconsideram os saberes tradicionais e as epistemologias dos povos da floresta, dos rios e das periferias.

No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), tais disputas tornam-se ainda mais intensas, uma vez que esse campo articula políticas de formação humana, inserção produtiva e desenvolvimento regional, configurando-se como espaço de conflitos simbólicos e políticos entre diferentes projetos de sociedade (Bourdieu, 1998; Apple, 2003). Na Amazônia, essas contradições se acentuam diante da distância entre os discursos oficiais de valorização da região, ancorados em ideias de soberania e sustentabilidade, e a aplicação de diretrizes educacionais padronizadas, que desconsideram as especificidades territoriais, culturais e

epistêmicas dos povos amazônicos. De acordo com Frigotto (2009), essa tensão revela uma fragmentação entre o mundo do trabalho, os projetos de formação e os modos de vida locais.

A produção acadêmica tem denunciado esse cenário como um caso de epistemocídio (Santos, 2009), em que a monocultura do saber científico moderno se impõe sobre a diversidade epistêmica dos povos originários e tradicionais. As epistemologias do Sul, nesse sentido, propõem uma ruptura com o colonialismo do saber, reivindicando uma ecologia de saberes e a valorização dos conhecimentos oriundos de diferentes matrizes culturais (Santos, 2010; Walsh, 2019). Na educação, essas propostas demandam currículos mais abertos à inclusão de idiomas, cosmologias, práticas pedagógicas e formas de aprendizagem que respeitem os sujeitos em sua complexidade.

A interculturalidade crítica oferece um horizonte teórico e político promissor para a reconfiguração da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) na Amazônia. Diferente da valorização retórica e superficial da diversidade, essa perspectiva propõe o enfrentamento das estruturas de opressão racial, de gênero, de classe, de idade e de capacidade que operam nas instituições educacionais, muitas vezes invisibilizando saberes e sujeitos historicamente marginalizados (Walsh, 2019; Carneiro, 2023).

Nesse sentido, a interculturalidade crítica tensiona os currículos hegemônicos, denunciando o colonialismo epistêmico presente nos processos de formação e propondo uma educação comprometida com a justiça cognitiva, os direitos humanos e a emancipação dos sujeitos. Como destaca Walsh (2019), trata-se de reconhecer a diferença não como obstáculo, mas como potência formativa e política.

Pensar a formação docente intercultural na EPT amazônica exige analisar como os discursos e práticas educacionais vêm sendo historicamente construídos, tensionados ou transformados, especialmente no interior da produção acadêmica brasileira que tematiza a articulação entre educação, diversidade e território.

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa bibliográfica que teve como objetivo analisar o estado da arte da produção científica sobre interculturalidade crítica na formação docente para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) na Amazônia, no período compreendido entre 2009 e 2024. Para tanto, formulou-se a seguinte questão norteadora: quais concepções e enfoques têm orientado os estudos sobre interculturalidade crítica na formação de professores para a EPT em contextos amazônicos, bem como quais lacunas permanecem

nesse campo ao longo do período analisado? O estudo fundamentou-se na análise de dissertações e teses disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

A pesquisa bibliográfica, conforme Lakatos e Marconi (2003), permite reunir, organizar e sistematizar o conhecimento que foi produzido sobre determinado objeto, possibilitando a identificação de tendências, impasses, avanços e lacunas. Ao mapear a produção sobre interculturalidade e formação docente na EPT em contextos amazônicos, buscamos contribuir para a ampliação do debate sobre a necessidade de uma educação profissional que reconheça os territórios educativos e promova a justiça cognitiva (Santos, 2010).

O artigo está estruturado em quatro partes: inicialmente, descrevem-se os procedimentos metodológicos dessa pesquisa; em seguida, são discutidos os marcos conceituais da interculturalidade crítica e sua interface com a formação docente na EPT; posteriormente, analisam-se as principais categorias emergentes da produção acadêmica; por fim, apresentam-se as considerações finais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, orientada pelo objetivo de mapear e analisar a produção acadêmica brasileira sobre a temática da interculturalidade crítica na formação docente para a EPT, com foco em contextos amazônicos.

Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica permite examinar o conhecimento acumulado sobre determinado tema, favorecendo a identificação de lacunas, convergências teóricas e tendências emergentes. Trata-se, portanto, de um estudo de estado da arte, conforme delineado por Ferreira (2002), voltado à sistematização crítica de saberes produzidos no campo educacional.

O corpus da pesquisa foi constituído por dissertações (mestrado) e teses (doutorado), produzidos no Brasil entre os anos de 2010 e 2025, que abordam interculturalidade na formação docente da EPT no contexto da Amazônia. Para a seleção dos documentos utilizou-se o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

A estratégia de busca combinou palavras-chave relacionadas aos principais eixos temáticos da pesquisa, associados aos operadores booleanos, a saber: *interculturalidade AND formação docente AND educação profissional; formação de professores AND diversidade cultural AND Amazônia; educação intercultural crítica AND EPT; e saberes tradicionais OR saberes indígenas AND educação técnica*.

Para garantir a consistência e o rigor da pesquisa bibliográfica, estabeleceram-se como critérios de inclusão do corpus analítico exclusivamente trabalhos acadêmicos no formato de dissertações de mestrado e teses de doutorado, publicados no período de 2010 a 2025 e disponibilizados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Adicionalmente, os estudos selecionados deveriam abordar a formação docente articulada à interculturalidade no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, com foco em contextos amazônicos.

Como critérios de exclusão, foram desconsiderados: trabalhos duplicados, identificados a partir das diferentes combinações de descritores; estudos voltados exclusivamente à educação básica ou ao ensino superior, sem interface com a Educação Profissional e Tecnológica; e publicações que abordassem a diversidade cultural de forma genérica ou superficial, sem sustentação teórica consistente no campo da interculturalidade crítica.

A análise do material selecionado fundamentou-se na análise de conteúdo, conforme os procedimentos sistematizados por Bardin (2011), possibilitando a identificação de categorias temáticas emergentes, a organização do conhecimento acumulado e a construção de uma interpretação crítica acerca das concepções, dos enfoques e das lacunas que caracterizam a produção acadêmica sobre a temática investigada.

MARCOS CONCEITUAIS DA INTERCULTURALIDADE CRÍTICA E SUA INTERFACE COM A FORMAÇÃO DOCENTE NA EPT

A discussão sobre a interculturalidade na educação tem se consolidado, nas últimas décadas, como um campo crítico e estratégico, especialmente no contexto latino-americano, marcado por sistemas educacionais que ainda reproduzem desigualdades étnico-raciais, epistêmicas e territoriais herdadas do processo histórico de colonização (Walsh, 2019; Santos, 2010; Mignolo, 2003; Quijano, 2005).

A interculturalidade, nesse entendimento, ultrapassa a concepção restrita de política de inclusão social e afirma-se como uma exigência ética, política e epistemológica

orientada à construção de práticas educativas mais justas, democráticas e pluralistas, capazes de reconhecer e valorizar a diversidade de saberes, sujeitos e territórios.

Em contraste com abordagens multiculturais ou formas de interculturalidade funcional, geralmente incorporadas de maneira reguladora e assimilaçãoista pelas políticas públicas, a interculturalidade crítica propõe o enfrentamento direto das estruturas coloniais de poder, saber e ser que historicamente moldaram as relações entre culturas em contextos pós-coloniais e plurinacionais (Walsh, 2019; Mignolo, 2003). Todavia, essa perspectiva, segundo Walsh (2019), não constitui um campo homogêneo, mas se configura como um projeto político-pedagógico de ruptura com os paradigmas hegemônicos, ao questionar as hierarquias epistêmicas legitimadas pelo pensamento ocidental moderno.

Por um lado, está a interculturalidade funcional, frequentemente incorporada pelas políticas públicas de forma instrumental, como um dispositivo de gestão da diversidade que visa incluir populações indígenas, quilombolas ou ribeirinhos sem questionar as hierarquias epistêmicas e os currículos monoculturais (Walsh, 2019; Mignolo, 2003). Esse ponto devista tende a promover uma inclusão regulada, marcada pela assimilação e pelo exotismo, sem alterar as bases estruturais da escola colonial e eurocentrada (Walsh, 2019).

Por outro lado, a interculturalidade crítica propõe uma ruptura com os paradigmas hegemônicos de conhecimento e convívio social, ao colocar em evidência o caráter colonial das estruturas educacionais, dos saberes legitimados e das formas de relação entre culturas (Walsh, 2019). Inspirada em autores como Quijano (2005) e Mignolo (2003), essa vertente propõe a desconstrução da colonialidade do saber, defendendo a valorização das epistemologias outras, bem como a criação de espaços pedagógicos pluripestêmicos, capazes de acolher os saberes ancestrais, comunitários e territoriais como legítimos e constitutivos do processo formativo.

À vista disso, comprehende-se que tal concepção não se restringe à inclusão cultural enquanto representação simbólica nos currículos, tampouco se reduz a uma estratégia de gestão da diversidade. Pelo contrário, propõe uma reconfiguração das bases epistêmicas que sustentam a educação, fundamentada no reconhecimento de saberes outros, indígenas, quilombolas, populares, orais e territoriais, como conhecimentos legítimos, historicamente silenciados, mas indispensáveis à formação humana integral.

Inspirada nas ideias de Santos (2009; 2010) e das epistemologias do Sul, a interculturalidade crítica se ancora na defesa de uma ecologia de saberes, que pressupõe o diálogo horizontal entre diferentes formas de conhecimento, recusando a hierarquia epistêmica imposta pelo modelo científico ocidental moderno. Para Santos (2009; 2010), é fundamental romper com o pensamento abissal, que separa o que é considerado científico e válido daquilo que é invisibilizado como não saber.

A interculturalidade crítica, assim, constitui um projeto político-pedagógico que visa a transformação das relações de poder entre os saberes, propondo uma reorientação do papel da escola, do currículo e da docência. Ela parte da escuta dos territórios, da valorização das epistemologias dos povos originários e tradicionais e da crítica às monoculturas do saber impostas pelos modelos ocidentalizados de educação (Walsh, 2019; Santos, 2010). Para Santos (2010), esse movimento implica construir uma ecologia de saberes, na qual diferentes formas de conhecimento coexistem em pé de igualdade, contribuindo para uma pedagogia da justiça cognitiva.

Essa reconfiguração epistêmica exige que a escola, o currículo e a docência sejam pensados em estreita relação com os territórios e sujeitos historicamente marginalizados. A interculturalidade crítica propõe, portanto, uma reorientação do papel das instituições educacionais, com base na escuta dos contextos e na construção de espaços pedagógicos pluriepistêmicos, capazes de acolher os saberes ancestrais e comunitários como constitutivos do processo formativo (Walsh, 2019).

No campo da formação docente, especialmente na Educação Profissional e Tecnológica, esse debate ainda é incipiente. Historicamente vinculada a uma lógica produtivista e tecnicista, a EPT tem priorizado currículos orientados por uma racionalidade instrumental, descolados das realidades socioculturais dos sujeitos da Amazônia (Bernardes; Castaman, 2025; Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005). Embora a expansão da Rede Federal e a adoção do ensino médio integrado tenham promovido avanços, poucos estudos têm abordado a interculturalidade como princípio formativo da docência na EPT, especialmente em territórios amazônicos.

Pensar a formação docente sob a ótica da interculturalidade crítica exige reconhecer os educadores como sujeitos históricos, implicados na produção de sentidos em diálogo com os saberes científicos, técnicos e culturais presentes nos territórios (Freire, 1996).

Isso implica não apenas incluir conteúdos sobre diversidade, mas revisar os fundamentos da prática pedagógica, tais como planejamento, avaliação e gestão da sala de aula, à luz de uma ética do reconhecimento e da justiça cognitiva (Santos, 2009).

Frente a essas considerações, apreende-se que a docência intercultural deve estar comprometida com o desmonte das hierarquias epistêmicas e com a criação de práticas pedagógicas enraizadas nas epistemologias dos povos originários e tradicionais, contribuindo para formas mais justas de convivência nas instituições educacionais (Walsh, 2019). Nesse sentido, a formação docente na EPT amazônica precisa ser pensada como parte de um projeto político mais amplo, que enfrente as desigualdades estruturais e promova a inserção de saberes subalternizados nos processos educativos (Gomes, 2005; Candau, 2008).

Com efeito, a formação de professores que atuam na Amazônia, muitos deles oriundos de contextos urbanos, com pouca familiaridade com as culturas locais, enfrenta o desafio de reconhecer os saberes territorializados e articular práticas pedagógicas que respeitem as dinâmicas sociais, cosmologias e epistemologias próprias das comunidades com as quais interagem. Nesse sentido, autores como Candau (2008) e Gomes (2017) têm enfatizado a urgência de uma formação docente antirracista, interseccional e comprometida com os direitos das populações historicamente marginalizadas. De acordo com Candau (2008), a interculturalidade deve ser entendida como uma construção coletiva, processual e situada, que se traduz em práticas pedagógicas sensíveis às diferenças e abertas ao diálogo intercultural.

Além disso, a perspectiva decolonial contribui para aprofundar a crítica às formas como o conhecimento é produzido, legitimado e transmitido nas instituições de ensino. Ao questionar os legados coloniais presentes nas estruturas curriculares e formativas, autores como Quijano (2005) e Mignolo (2010) nos convidam a repensar os fundamentos da educação e os critérios de validade do conhecimento. No contexto da EPT, isso implica tensionar os currículos normativos e abrir espaço para a construção de saberes que emergem das lutas e resistências nos territórios amazônicos.

Assim, ao investigar a produção acadêmica sobre interculturalidade e formação docente na EPT, especialmente em contextos amazônicos, busca-se compreender não apenas

o que tem sido pesquisado, mas quais concepções de interculturalidade estão em disputa, quais vozes são ouvidas, e quais silêncios persistem.

ANÁLISE DAS TESES E DISSERTAÇÕES

A presente seção apresenta a análise das teses e dissertações selecionadas a partir dos quatro descritores centrais, definidos conforme o objetivo da pesquisa. Sintetizou-se na Tabela 1 o total de trabalhos encontrados em cada busca, bem como a quantidade efetivamente lida e analisada qualitativamente.

Tabela 1 - Número de teses e dissertações selecionadas a partir dos quatro descritores

Descritores	Total	Lidos
interculturalidade AND formação docente AND educação profissional	52	17
formação de professores AND diversidade cultural AND Amazônia	5	1
educação intercultural crítica AND EPT	2	2
saberes tradicionais OR saberes indígenas AND educação técnica	40	31

Fonte: Produzida pelos autores, 2025.

Ao todo, foram identificados 99 trabalhos, dos quais 51 foram selecionados para leitura integral, com base em critérios de pertinência temática e alinhamento com os objetivos da investigação. A análise desse corpus revela uma produção acadêmica marcada pela diversidade de temas, instituições de origem, enfoques metodológicos e referenciais teóricos, o que evidencia a complexidade e a heterogeneidade das abordagens sobre interculturalidade crítica na formação docente para a EPT, particularmente em contextos amazônicos.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: interculturalidade crítica e formação docente na EPT amazônica

A análise das 51 produções acadêmicas selecionadas permitiu identificar quatro categorias, cujos conteúdos dialogam diretamente com os objetivos da pesquisa. A seguir, cada uma delas é discutida em articulação com as concepções, enfoques e lacunas presentes na produção científica sobre a temática.

Formação docente em contextos interculturais: entre desafios e silenciamentos

Os 17 estudos agrupados nesta categoria evidenciam a emergência de um campo de pesquisa comprometido com a justiça social, a equidade racial e a pluralidade epistêmica no

contexto educacional brasileiro. Embora nem todos os trabalhos se refiram diretamente à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), há uma convergência significativa em torno da necessidade de uma formação docente pautada pela interculturalidade crítica, especialmente em regiões de grande diversidade étnica e cultural, como o Norte e o Nordeste do país.

Destacam-se, nesse conjunto, pesquisas desenvolvidas nos estados do Maranhão e de Roraima, que abordam tanto a reconfiguração curricular em escolas indígenas, quanto os desafios vivenciados no cotidiano de docentes que atuam em contextos de desigualdade racial e cultural. Esses trabalhos enfatizam o papel da formação docente na superação de práticas assimilacionistas e na construção de currículos dialógicos, abertos às epistemologias dos povos originários.

A título de exemplo, a pesquisa de Claudina Silva (2019), realizada no Instituto Federal de Roraima, investiga os dilemas identitários de professores não indígenas que atuam em cursos técnicos ofertados em territórios indígenas. A autora, inspirada na Teoria da Complexidade, evidencia as tensões entre o currículo técnico-normativo e as epistemologias indígenas, mostrando como os docentes se veem desafiados a rever suas práticas pedagógicas diante da heterogeneidade cultural dos estudantes.

Os estudos analisados também evidenciam a relevância de incorporar saberes comunitários, práticas de resistência cultural e pedagogias decoloniais aos projetos formativos. Quando integrados de forma estruturada aos currículos dos Institutos Federais, esses elementos têm o potencial de reconfigurar a função social da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), alinhando-a aos princípios da equidade, da justiça cognitiva e do reconhecimento dos sujeitos históricos dos territórios amazônicos.

Apesar das variações teóricas e contextuais entre as produções, observa-se uma convergência crítica em torno da interculturalidade como eixo estruturante da formação docente, sobretudo em sociedades atravessadas por assimetrias históricas, raciais e epistêmicas. Trata-se de uma abordagem que transcende a valorização simbólica da diversidade cultural, ao propor a revisão profunda das bases curriculares, epistemológicas e políticas que sustentam os modelos tradicionais de formação de professores.

Dessa forma, infere-se que a interculturalidade crítica representa um horizonte ético-político potente, capaz de desestabilizar a formação docente tradicional e de promover a

construção de uma EPT comprometida com os direitos dos povos originários, com a valorização das epistemologias plurais e com a transformação das estruturas de exclusão presentes nos sistemas educacionais.

Diante disso, observou-se que os estudos reunidos nesta categoria revelaram que a formação docente em contextos interculturais, especialmente na EPT amazônica, demanda mais do que a inserção pontual de conteúdos sobre diversidade: requer a construção de processos formativos comprometidos com a justiça cognitiva, a escuta dos territórios e a valorização dos saberes outros.

A interculturalidade crítica emerge, assim, como uma referência teórico-política capaz de orientar currículos mais sensíveis às desigualdades epistêmicas e às lutas dos povos subalternizados, apontando para a necessidade de reconfigurar à docência como prática situada, ética e transformadora. Esses achados reforçam a urgência de políticas formativas que transcendam o reconhecimento simbólico da diferença e se articulem à construção de uma educação profissional decolonial e socialmente referenciada.

Saberes tradicionais e indígenas nos currículos da EPT: presença marginal e potencial transformador

Nesta categoria, observam-se estudos que discutem tanto a marginalização quanto a valorização dos saberes locais nos currículos da EPT. A maioria dos trabalhos denuncia a ausência de epistemologias indígenas e quilombolas nas propostas pedagógicas, apontando a persistência da monocultura do saber técnico-científico.

No campo da EPT destaca-se iniciativas que tensionam os limites do currículo técnico tradicional ao incorporar elementos da interculturalidade crítica, conforme apontam os trabalhos de Santos (2022), Pereira (2022) e Oliveira (2019). Tais produções sinalizam para uma necessária reconfiguração dos projetos pedagógicos nos Institutos Federais, que, ao atuarem em territórios com ampla presença indígena, são chamados a rever suas epistemologias e práticas formativas.

Referenciais como a teoria decolonial, a educação omnilateral e a pedagogia freiriana aparecem de forma transversal nos estudos analisados, apontando para uma confluência teórica que reivindica justiça epistêmica, reconhecimento de saberes plurais e ruptura com modelos coloniais de ensino. Assim, o panorama traçado corrobora a centralidade

da interculturalidade crítica como princípio orientador de políticas curriculares e de formação de professores na EPT em territórios amazônicos.

Nesse sentido, os estudos analisados nesta categoria evidenciam que a presença, ainda que pontual, de saberes tradicionais e indígenas nos currículos da EPT representa tanto um desafio quanto uma potência transformadora. As experiências que incorporam a interculturalidade crítica nos projetos pedagógicos tensionam os limites da monocultura curricular e demonstram que é possível construir práticas educativas comprometidas com os territórios e suas epistemologias.

Ao reivindicarem o reconhecimento de saberes historicamente marginalizados e a ruptura com os paradigmas coloniais de formação, essas produções apontam para a necessidade de reconfiguração curricular nos Institutos Federais que atuam em contextos amazônicos, consolidando a interculturalidade crítica como eixo estruturante da docência e da produção de conhecimento na EPT.

Formação docente, diferença cultural e interculturalidade crítica: reflexões a partir do contexto amazônico

A pesquisa de Alfredo Clodomir Rolins de Souza (2021), embora situada no contexto do ensino médio regular, contribui de forma relevante para os debates sobre a formação docente intercultural em contextos amazônicos, ao abordar a atuação de professores de História frente à diferença cultural em escolas públicas de Boa Vista/RR. O estudo evidencia os desafios enfrentados por educadores ao mediar práticas pedagógicas em territórios marcados pela diversidade étnico-racial e pela tensão entre currículos oficiais e saberes locais. Ao focalizar a disciplina de História, o autor ressalta o potencial crítico da área para a construção de identidades, o reconhecimento da memória coletiva e a problematização das narrativas dominantes, dimensões que dialogam diretamente com os fundamentos da EPT quando orientada por uma perspectiva emancipadora.

O autor analisa o cotidiano de professores de História da rede pública estadual em Boa Vista/RR, buscando compreender como estes lidam com a diferença cultural em sala de aula e em que medida suas práticas se aproximam, ou se distanciam, de uma abordagem intercultural. A escolha da disciplina de História como objeto de análise se justifica por seu potencial crítico e por sua íntima relação com processos de construção identitária, memória

coletiva e disputa de narrativas, especialmente em uma região marcada por múltiplas presenças étnico-raciais, como é o caso de Roraima.

Ao discutir os desafios enfrentados por docentes no trato com a diferença, o estudo ilumina aspectos fundamentais da formação inicial e continuada, como o desconhecimento sobre os direitos educacionais dos povos indígenas, a reprodução de currículos monoculturais e a ausência de espaços institucionais de escuta e diálogo. Tais elementos revelam a persistência de uma lógica assimilacionista, que nega as epistemologias originárias e as práticas culturais locais, tensionando o discurso oficial de inclusão e diversidade.

Essa constatação aproxima-se dos pressupostos da interculturalidade crítica, tal como formulada por Walsh (2019), que defende não apenas a convivência entre culturas, mas a necessidade de descolonizar as estruturas de poder, saber e ser que sustentam a exclusão histórica dos povos subalternizados. Na perspectiva de Souza (2021), há urgência em repensar a formação docente a partir de uma pedagogia que não apenas reconheça a diferença cultural, mas que a assume como fundamento ético e político da ação educativa.

Ao relacionar tais reflexões ao campo da Educação Profissional e Tecnológica, verifica-se a convergência, sobretudo, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EPT (Brasil, 2021) enfatizam que os cursos técnicos e integrados devem contemplar, em sua proposta pedagógica, a formação integral dos sujeitos, incluindo o reconhecimento das diversidades étnicas, culturais, territoriais e sociais dos estudantes. Nesse sentido, a formação docente na EPT deve estar ancorada em princípios que articulem saberes técnicos e científicos com saberes culturais e comunitários, rompendo com modelos homogeneizadores e coloniais.

Assim, o estudo de Souza (2021), revela que a prática docente em contextos de alta diversidade cultural exige mais do que competências técnicas; requer sensibilidade histórica, abertura ao diálogo intercultural e compromisso com a justiça epistêmica. Ao reconhecer que a escola é, ao mesmo tempo, espaço de reprodução e de resistência, o autor nos convida a pensar a formação de professores não como processo neutro ou instrumental, mas como projeto político que deve ser construído em sintonia com os territórios e sujeitos que compõem o mosaico cultural da Amazônia.

Dessa forma, ao ser analisado à luz das diretrizes da EPT e dos referenciais da interculturalidade crítica, o trabalho em questão contribui não apenas para o entendimento das práticas docentes no ensino médio de Roraima, mas também para o redesenho de políticas

formativas nos Institutos Federais, sobretudo aqueles inseridos em territórios indígenas e comunidades tradicionais. Trata-se, portanto, de um estudo que amplia o horizonte de análise da EPT e reforça a necessidade de se pensar a formação docente como prática cultural, situada e politicamente comprometida com a superação das desigualdades.

Essa produção, somada a outras analisadas nesta categoria, aponta para a necessidade urgente de superar abordagens normativas e superficiais da diversidade cultural nos currículos e projetos de formação docente. A interculturalidade crítica, nesse sentido, emerge como um referencial que não se limita à presença simbólica da diferença, mas propõe a reconfiguração das bases epistemológicas da escola, a partir da valorização dos saberes subalternizados, da justiça cognitiva e do reconhecimento dos sujeitos historicamente excluídos dos processos de produção do conhecimento.

Assim, os estudos desta categoria revelam que o discurso sobre diversidade só se torna efetivamente transformador quando sustentado por um projeto político-pedagógico que enfrente as hierarquias epistêmicas, promova a escuta ativa dos territórios e reconheça os currículos como campos de disputa entre diferentes formas de saber. E, ainda, que a interculturalidade crítica deve se consolidar como fundamento teórico e ético indispensável para a construção de políticas curriculares e de formação docente na EPT, especialmente em regiões como a Amazônia, em que o colonialismo do saber ainda se faz presente de forma estrutural.

Educação Profissional e Tecnológica e Interculturalidade Crítica

A busca por trabalhos que articulassem explicitamente a educação intercultural crítica à formação docente na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) resultou em duas dissertações de mestrado profissional defendidas em Institutos Federais da região Nordeste: o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) e o Instituto Federal Baiano (IF Baiano). Ambas as produções apresentam contribuições significativas para a consolidação de práticas formativas que dialoguem com a diversidade cultural e os saberes comunitários, alinhando-se aos princípios da interculturalidade crítica e às diretrizes da EPT.

No primeiro caso, Daiana Sales de Freitas Santos (2019) investiga a disciplina de Língua Inglesa no Ensino Médio Integrado (EMI), com foco na promoção de uma consciência

intercultural crítica entre estudantes. A autora analisa como o currículo tradicional da disciplina, muitas vezes centrado em uma abordagem instrumental da língua, pode ser ressignificado a partir de uma proposta que valorize a pluralidade de culturas, os direitos linguísticos e as identidades dos estudantes. Ancorada em referenciais como Candau (2008) e Walsh (2019), Santos defende que o ensino de línguas estrangeiras pode se constituir como espaço privilegiado para o enfrentamento da colonialidade do saber, desde que articulado a práticas pedagógicas críticas, dialógicas e contextualizadas.

Encontra-se no trabalho de Moura (2023) uma proposta de etnopesquisa-formação com uma comunidade quilombola a partir do estudo e cultivo das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs), como estratégia educativo-pedagógica no contexto da EPT. A dissertação não apenas valoriza os saberes alimentares ancestrais como conteúdos curriculares legítimos, mas também propõe uma ruptura epistemológica com os modelos técnicos hegemônicos, ao centrar o processo formativo na escuta e na produção de conhecimento coletivo. A pesquisa é orientada por uma perspectiva decolonial e pelos princípios da justiça cognitiva, fortalecendo o território como espaço pedagógico e político de resistência.

Ambas as produções dialogam de forma direta com os princípios estabelecidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais da EPT (Resolução CNE/CEB nº 1/2021), que preveem a formação integral dos estudantes, a valorização dos contextos socioterritoriais e o reconhecimento da diversidade como eixo estruturante do currículo. Além disso, reforçam a urgência de uma formação docente intercultural crítica que vá além da tolerância ou do reconhecimento superficial da diferença, buscando reconfigurar práticas curriculares, epistemologias e relações pedagógicas nos Institutos Federais.

As dissertações de Santos e Moura demonstram que práticas pedagógicas ancoradas na interculturalidade crítica têm o potencial de transformar o currículo da EPT em um espaço de encontro entre saberes plurais, superando a dicotomia entre teoria e prática e colocando em diálogo os conhecimentos acadêmicos, científicos e populares. Ao promoverem o reconhecimento das culturas locais e das subjetividades historicamente silenciadas, esses estudos reforçam o papel da EPT como política pública de formação humana integral, comprometida com a equidade e com a emancipação dos sujeitos.

Ambos os trabalhos estão inseridos no contexto da Educação Profissional e Tecnológica e dialogam diretamente com os fundamentos da interculturalidade crítica, especialmente no que tange ao reconhecimento de saberes plurais, às práticas pedagógicas contextualizadas e à valorização das identidades coletivas e territoriais.

Nesse contexto, os estudos analisados nesta categoria demonstram que experiências pedagógicas situadas, ancoradas na escuta dos territórios e na valorização dos saberes comunitários, são potentes instrumentos para a construção de uma EPT intercultural e socialmente referenciada.

As dissertações de Santos (2019) e Moura (2023) exemplificam como práticas formativas contextualizadas podem tensionar as estruturas curriculares tradicionais, promovendo a articulação entre epistemologias diversas e o enfrentamento da colonialidade do saber. Ao integrarem saberes locais, como os direitos linguísticos e os conhecimentos alimentares ancestrais, essas propostas contribuem para ressignificar o currículo da EPT como espaço de mediação entre o conhecimento acadêmico e as vivências socioculturais dos estudantes. Tais experiências indicam que a interculturalidade crítica, quando assumida como princípio pedagógico, pode transformar a EPT em uma política formativa comprometida com a justiça cognitiva, a emancipação dos sujeitos e a construção de projetos educativos enraizados nos territórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada evidencia avanços significativos na reflexão sobre a interculturalidade na formação docente para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em contextos amazônicos, especialmente no que se refere à formação de professores indígenas e à valorização de práticas pedagógicas contextualizadas e territorializadas. No entanto, os dados também revelam a necessidade de ampliar os estudos que articulem, de forma crítica, as políticas públicas, os saberes tradicionais e os projetos de formação docente comprometidos com a transformação social.

A categorização construída ao longo desta pesquisa oferece subsídios para futuros estudos e para o delineamento de políticas educacionais orientadas pela justiça cognitiva e

pela valorização dos territórios educativos, contribuindo para o fortalecimento de uma EPT plural, democrática e comprometida com os sujeitos históricos que nela atuam.

A análise bibliográfica revelou que, embora a interculturalidade crítica venha ganhando espaço nos discursos educacionais brasileiros, sua efetiva incorporação nas propostas de formação docente para a EPT ainda se mostra limitada, fragmentada e frequentemente periférica, sobretudo em regiões da Amazônia Legal. A produção acadêmica analisada aponta avanços teóricos importantes, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento da necessidade de descolonizar o currículo e de valorizar os saberes dos povos originários e tradicionais. No entanto, persiste uma lacuna quanto à formação de professores como agentes ativos dessa transformação epistemológica e política.

Em grande parte dos trabalhos examinados, a interculturalidade aparece como adendo curricular ou menção lateral, e não como princípio estruturante das práticas pedagógicas ou da concepção de docência. Essa limitação reflete a persistência de modelos formativos tecnicistas, universalistas e descontextualizados, ainda predominantes na EPT — mesmo em instituições situadas em territórios marcados por intensa diversidade étnico-cultural e epistêmica.

Apesar disso, emergem no corpus analisado experiências pedagógicas contrahegemônicas e análises orientadas por referenciais decoloniais, que propõem caminhos para uma EPT enraizada nos territórios, atenta às desigualdades históricas e aberta à escuta de epistemologias outras. Tais experiências, embora ainda minoritárias, evidenciam o potencial transformador da interculturalidade crítica quando assumida não como discurso institucional vazio, mas como projeto político-pedagógico articulado às lutas dos povos subalternizados.

A principal contribuição deste estudo está em oferecer um panorama crítico e sistematizado da produção acadêmica sobre a interculturalidade crítica na formação docente para a EPT em contextos amazônicos, identificando tanto os avanços e potencialidades, quanto os silêncios e as oportunidades de aprofundamento teórico-metodológico ainda pouco exploradas.

Conclui-se que construir uma formação docente intercultural crítica na EPT não é apenas um desafio de ordem técnica ou pedagógica, mas um compromisso ético, epistêmico e político. Trata-se de (re)pensar a docência a partir dos territórios, das histórias, das

cosmologias e dos saberes dos sujeitos amazônicos, reconhecendo a educação como direito coletivo e a diversidade como fundamento inegociável da formação humana integral.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BERNARDES, André Benheker; CASTAMAN, Ana Sara. Ensino médio integrado à educação profissional: análise e contextualização sociopolítica (2014 a 2022). **Debates em Educação**, [S. l.], v. 17, n. 39, p. e17570, 2025. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/17570>. Acesso em: 02 jun. 2025.
- BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71–86, abr. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/54s4tSXRLqzF3KgB7qRTWdg/>. Acesso em: 27 jun. 2025.
- CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 45–56, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5szsvwMvGSVPkGnWc67BjtC/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 18 mar. 2025.
- CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257–272, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FfrdCtqfp/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 27 mar. 2025.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Autores Associados, 2005.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 168–193, jan./abr. 2009. Disponível em: www.scielo.br/j/rbedu/a/QFXsLx9gvgFvHTcmfNbQKQL/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 27 abr. 2025.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, Nilma Lino. Diversidade cultural e formação de professores: um diálogo necessário. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, número especial, p. 151–167, 2000. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-46982000000200008. Acesso em: 17 abr. 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1–18, jun. 2017. Disponível em: www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 27 abr. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117–142. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/Edgardo-Lander-org-A-Colonialidade-do-Saber-eurocentrismo-e-ciC3AAncias-sociais-perspectivas-latinoamericanas-LIVRO.pdf> Acesso em: 27 abr. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.).

Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2009. p. 23–72. Disponível em: www.icict.fiocruz.br/files/Epistemologias%20do%20Sul.pdf Acesso em: 27 abr. 2025.

SOUZA, F. M.; ARANHA, S. D. G. (orgs). **Interculturalidade, linguagens e formação de professores**. Campina Grande: EDUEPB, 2016, 279 p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/qbsd6/epub/souza-9788578793470.epub>. Acesso em: 27 abr. 2025.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder: um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial. **Revista da Faculdade de Direito**, Pelotas, v. 5, n. 1, p. 1–20, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/revistadireito/article/view/15002>. Acesso em: 20 abr. 2025.

Recebido em: Junho/2025.

Aprovado em: Novembro/2025.